



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

27ª Edição – Brasília, 24/9/2020

Audiência Pública | Discussões no STF sobre o meio ambiente devem ter reflexo nos três Poderes



Ministro do STF, Luis Roberto Barroso, e ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em audiência pública sobre questões ambientais

Conforme descrito ontem (24/9) pelo boletim [Cooperativismo nos Tribunais](#), o fato que marcou a semana de interesse do sistema cooperativista foi a audiência pública do Supremo Tribunal Federal (STF) que discutiu a utilização do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo do Clima). No âmbito do Poder Executivo, o desfecho das discussões do GT de Crédito Rural do Governo e a polêmica envolvendo a revisão das normas de rotulagem de alimentos também foram pontos que chamaram a atenção. Já no Congresso Nacional, as incertezas sobre o escopo e a tramitação da Reforma Tributária concentram o olhar sobre a agenda legislativa até as eleições municipais. Confira possíveis reflexos dos temas para o cooperativismo.

Audiência no STF. Com a presença de autoridades públicas, acadêmicos e entidades de representação ambientalistas e do setor produtivo, a audiência pública do STF acerca da utilização dos recursos do Fundo do Clima, além do aspecto técnico e jurídico, foi acirrada pelo atual contexto ambiental no país, tendo em vista os episódios de queimadas na Amazônia e no Pantanal e o discurso do presidente Bolsonaro na ONU, que tratou sobre o tema. Representando a OCB, o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, destacou a importância do agronegócio como [agente provedor de segurança alimentar](#) para o Brasil e para o mundo e do [cooperativismo como instrumento de inclusão social e produtiva](#), por meio da economia de escala. Além disso, defendeu ser indissociável a imagem da agricultura com a sustentabilidade e que as ilegalidades devem ser devidamente combatidas. Como principais desfechos da audiência, destacamos:

Principais pontos de atenção:

- 1) Amplitude das discussões nos três Poderes:** Pela condução realizada pelo ministro Luis Roberto Barroso, ficou clara a disposição do STF em adotar postura bastante ativa nas discussões que envolvam políticas públicas ambientais. Isto vale para os julgados em tramitação no Supremo, dentre os quais, destaca-se a ADI 6.446, que trata sobre a prevalência da Lei da Mata Atlântica sobre o Código Florestal, mas também pode ter implicações em temas em discussão no Legislativo e no Executivo, como no caso do PL 2633/2020, que estabelece critérios para a regularização fundiária de imóveis da União. Em paralelo à discussão, o presidente do STF, ministro Luis Fux, anunciou nesta terça-feira (22/9) a criação do "Observatório de Meio Ambiente" no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

27ª Edição – Brasília, 24/9/2020

propor iniciativas a serem adotadas por toda a Justiça brasileira em matéria de meio ambiente com repercussão no Poder Judiciário.

- 2) **Imagem do agronegócio:** A fala do ex-ministro Roberto Rodrigues, em consonância com os posicionamentos de outras lideranças do setor produtivo durante a audiência pública, reforça a necessidade da promoção da imagem de sustentabilidade atrelada ao agro, tendo em vista a sua importância para o consumo mundial de alimentos, inclusão social e desenvolvimento econômico. O desafio que disso decorre é como separar (e comunicar de forma eficaz) o fato de inegável importância (os crescentes índices de queimadas e desmatamento) da realidade da maioria da cadeia produtiva da agropecuária (que tem inúmeros exemplos positivos de sustentabilidade ao longo dos anos).

GT de Crédito Rural do Governo. O ciclo de seis encontros do GT de Crédito Rural do Governo, formado por representantes do Ministério da Agricultura, Banco Central e representantes de associações do setor produtivo e de instituições financeiras, para discutir a modernização da política agrícola no país, terminou na última sexta-feira (18/9) tendo abarcado algumas sugestões de mudança na Lei 4.829/1965 (Lei do Sistema Nacional de Crédito Rural) e no Manual de Crédito Rural (MCR), porém, ainda, sem muitas definições. Após mobilização junto ao Governo, a OCB foi incluída dentre os participantes do grupo, e formalizou o posicionamento em favor da **modernização, desburocratização e simplificação do sistema de crédito rural** brasileiro para as cooperativas agropecuárias e financeiras, desde que isso não implique em mudanças na estrutura da arquitetura da política agrícola, que historicamente foi fundamental para o avanço e sucesso do agronegócio no país. Tendo em vista as discussões, o tema foi levado para a análise do Ministério da Agricultura e do Banco Central para possíveis novos debates sobre o tema.

Revisão do Guia Alimentar. Publicado pela primeira vez em 2006 pelo Ministério da Saúde, o **Guia Alimentar para a População Brasileira**, documento que traz indicações nutricionais que são levadas em conta nas políticas públicas voltadas à rotulagem de alimentos, foi objeto de pedido de revisão pelo Ministério da Agricultura. Em ofício publicado recentemente, o Ministério indicou sugestões de alteração em trechos do documento em relação aos alimentos industrializados e ultraprocessados. Após reação crítica da opinião pública, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, defendeu a necessidade de discussão do tema, desde que respaldada na ciência e nas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Números da semana

1.201

Proposições filtradas pela OCB durante a pandemia com impacto para o setor.

334

Normativos do governo sobre Covid-19 com impacto para o cooperativismo.

51,6%

Pleitos do cooperativismo atendidos pelo governo durante a pandemia.

[Para mais números e acesso a edições anteriores, clique aqui.](#)